



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 7620

**Presidente da Mesa Diretora:** Athos Mameluque Mota

**Espécie:** Projeto de lei

**Categoria:** Créditos (especiais, suplementos, prêmios, adicionais), firma convênio e Repassa Recursos

**Autoria:** Executivo Municipal

**Data:** 02/04/2009

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 027/2009. Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente, para atender as despesas de pessoal do Convênio Pro Jovem Urbano, e dá outras providências. (Referente à Lei nº 4.078, de 08/04/2009).

**Controle Interno – Caixa:** 5.1

**Posição:** 02

**Número de folhas:** 07

---

Espécie: PL  
Categoria: Créditos  
CX: 5.1  
Ordem 02  
nº fls: 05



016/2009

07.04.2009

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 27/ 2009

AUTOR:

Executivo Municipal

ASSUNTO:

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente e dá Providências.

Pro Jovem Urbano

### MOVIMENTO

Entrada em – 02/04/2009

Comissão Finanças Orçamento e Tomada de Contas

- 1 -
- 2 - RENOVAÇÃO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 3 - CIA EM 07.04.2009.
- 4 -
- 5 -
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – centro – Montes Claros – MG*

*CEP 39.401-002*

aj comissão  
2/4/2009  
[assinatura]

## **PROJETO DE LEI Nº 27,** **DE 27 DE MARÇO DE 2009**

*Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências.*

O povo do Município de Montes Claros – MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e o Prefeito Municipal, em seu nome e no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente, no valor de R\$ 600.000,00(seiscentos mil reais), para atender as despesas de pessoal do Convênio **PRO JOVEM URBANO**, com a seguinte dotação orçamentária: 02.07.03-12.361.00352.079/31.90.000 - recursos de convênio.

Art. 2º - Como recurso à abertura do crédito, fica autorizada a anulação parcial, no valor de R\$ 600.000,00(seiscentos mil reais), da seguinte dotação orçamentária: 02.07.03-12.361.00352.079/31.90.000 – Recurso Prefeitura de Montes Claros – Transferência Educação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir do dia 1º de fevereiro de 2009.

Montes Claros, 27 de março de 2009.

  
**Luiz Tadeu Leite**  
**Prefeito Municipal**



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS  
CAMEN TO MAM CONTA  
EM 02 DE ABRIL DE 2009  
[Signature]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM \_\_\_\_\_ DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGENCIA  
EM 07 DE ABRIL DE 2009  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE





# MUNICÍPIO DE MONTES CLAROS

*Gabinete do Prefeito*

*Av. Cula Mangabeira, 211 – centro – Montes Claros – MG*

Montes Claros (MG), 27 de março de 2009.

Exmo. Sr.

Vereador Athos Mameluque Mota

DD. Presidente da Câmara Municipal de Montes Claros

Ofício n. 086 /2009

Assunto: encaminhamento de projeto de lei.

Senhor Presidente.

Com o presente, encaminhamos a Vossa Excelência, para apreciação da douta Câmara Municipal, o incluso Projeto de Lei, que *“Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências”*.

Esclarecemos que o crédito no valor de R\$ 600.000,00(seiscentos mil reais) previsto no Projeto de Lei em anexo, atenderá às despesas de pessoal com o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – PROJOVEM, instituído pela Lei nº 11.129/05, alterada pela Lei nº 11.692/08, regulamentado pela Resolução/CD/FNDE nº 22 de 26/05/08.

Em face da publicação do Edital nº 001/2009, iniciou-se o processo seletivo simplificado que visa a contratação temporária de profissionais do Corpo Docente que irá atender ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens e Adultos – PRO JOVEM URBANO.

Em razão da urgente necessidade de dar cumprimento ao convênio e às disposições legais pertinentes, solicitamos que o Projeto de Lei ora encaminhado seja submetido ao REGIME DE URGÊNCIA, nos termos do art. 53 da LOM.

Contando com a compreensão e o elevado espírito público de Vossa Excelência e dos demais Excelentíssimos integrantes dessa Casa Legislativa, reiteramos os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

*Luiz Tadeu Leite*  
*Prefeito Municipal*



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 027/2009 QUE “Dispõe sobre a Abertura de Crédito Adicional Especial ao Orçamento Vigente e dá Providências”, de autoria do Executivo Municipal.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.


A competência para a solicitação de autorização para repasse de recursos financeiros, inclusive com alteração do orçamento vigente é do Executivo Municipal, tendo em vista tratar-se de questão orçamentária.

Não se vislumbra, portanto, nenhum vício de iniciativa ou mesmo em seu objetivo.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 03 de abril de 2009.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605



## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **SALA DAS COMISSÕES**

### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 027/2009**

**AUTOR:** Executivo Municipal

**MATÉRIA:** Dispõe sobre a abertura de crédito adicional especial ao orçamento vigente e dá outras providências.

#### **I- RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão em 02/04/2009, com entrada na Sala das Comissões no dia 06/04/2009.

Compete à Comissão de Finanças e Orçamento, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria a ela submetida.

A Assessoria Jurídica da Câmara Municipal emitiu parecer de legal e constitucional.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

O referido projeto de lei trata de matéria que autoriza o Poder Executivo Municipal, a abrir crédito adicional especial ao orçamento vigente, no valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) para atender a despesa com pessoal do Convênio PRO JOVEM URBANO.

O PROJOVEM- Programa Nacional de Inclusão de Jovens foi instituído pela Lei 11.129/05, alterada pela Lei 11.692/08, regulamentado pela Resolução/CD/FNDE nº 22 de 26/05/2008.

Nos termos da Resolução/CD/FNDE nº 22 de 26/05/2008, as ações do ProJovem Urbano executadas pelo FNDE/MEC, consistem na transferência automática de recursos financeiros em favor dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, que são destinados à promoção de ações de elevação da escolaridade, qualificação profissional e participação cidadã dos jovens beneficiários.

O ProJovem Urbano atenderá a jovens com idade entre dezoito e vinte e nove anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental..

Considerando a necessidade de promover ações de cidadania voltadas a jovens que, por diferentes fatores, foram excluídos do processo educacional, de modo a reduzir a exposição desses jovens a situações de risco, desigualdade, discriminação e outras vulnerabilidades sociais; as diversidades regionais e culturais do país, que implicam conferir maior flexibilidade aos





## **Câmara Municipal de Montes Claros - MG**

### **SALA DAS COMISSÕES**

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

procedimentos, para que as metas sejam alcançadas; como bem especifica a Resolução nº 22/2008 do FNDE, esta Comissão reconhece a importância e o alcance social do Programa a ser implantado no Município.

Com relação à questão financeira o Executivo Municipal indicou dotação específica que atenderá às despesas de pessoal do Convênio, bem como a dotação orçamentária, transferida da Educação, que será anulada parcialmente, como recurso à abertura do referido crédito.

Assim segue a Conclusão:

### **III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão é favorável à aprovação do referido Projeto de Lei pelo plenário.

Sala das Comissões, \_\_\_\_\_ de abril de 2009.

Presidente Ver. Rita Cristina de Souza Vieira:

Vice-Presidente: Ver. Antônio Silveira de Sá:

Relator: Ver. José Marcos Martins de Freitas: